

# as vias do desenvolvimento capitalista: clássica, prussiana e colonial\*

**Maria Angélica Borges**

Professora do Departamento de Economia  
e Diretora da FEA/PUCSP

“A história precisa ser reescrita a cada geração, porque embora o passado não mude, o presente se modifica; cada geração formula novas perguntas ao passado e encontra novas áreas de simpatia à medida que revive distintos aspectos das experiências de suas predecessoras.”

C. Hill (1978)

Vários autores já se debruçaram sobre o estudo dos processos de concretização do capitalismo, mas escapou à maioria a questão da particularidade, tão viva nos clássicos do marxismo. Neste sentido, procuramos reunir no presente texto algumas proposições sobre o tema, que se encontram espalhadas em diferentes obras, mas que, por sua fidelidade à dialética materialista, complementam-se de forma coerente<sup>1</sup>.

O capitalismo surgiu na época em que se deu a derrocada do feudalismo e, por determinação de sua vitória, e espalhou-se no mundo inteiro, com matizes próprios, em função das condições histórico-concretas em que foi desenvolvido. Diante disso, é preciso compreender as diferentes nuances deste sistema, bem como de seus movimentos his-

---

\* Estudo contemplado com bolsa FAP/CEPE — Fundo de Apoio à Pesquisa — Conselho de Ensino e Pesquisa da PUCSP.

<sup>1</sup> O leitor perceberá que acompanhamos nossa abordagem com um número elevado de citações, mas isso foi necessário para colocarmos a questão em consonância com o afirmado pelos fundadores do marxismo. A busca da clareza dos nódulos significativos obrigou-nos a ir por este caminho. Isto porque, mais do que nunca, é preciso deixar bem claro o que foi dito dialeticamente sobre a questão, para impedirmos mais distorções nos aspectos teórico e prático.

tóricos. Isto pressupõe analisar as diferentes vias de sua objetivação: a clássica, a prussiana e a colonial.

## A Via Clássica

Inicialmente, cabe-nos apontar os traços gerais dos caminhos particulares de entificação do *modo de produção* capitalista, conceito aqui pensado como totalidade em movimento, um processo que comporta o particular concreto na mediação do universal com o singular. De início, e caminhando dentro do proposto, importa-nos, neste momento, identificar as características mais marcantes dos *casos clássicos*: ou seja, uma conceituação que revela, do ponto de vista da totalidade orgânica capitalista, a possível coerência dos pressupostos iluministas dentro de um processo contraditório que, no seu momento inicial, põe-se como racional, enquanto momento revolucionário, e que abriga um projeto particular que se universaliza para toda a sociedade. Portanto, clássicos, acima de tudo, na sua coerência no imbricamento do todo e da parte, de maneira que a realidade se mostra como racional, nos limites do projeto histórico construído.

Neste sentido, há que considerar que o capitalismo já vinha se desenvolvendo na Europa desde a Idade Média, assim como a burguesia — seu agente transformador — vinha acumulando forças para a derrubada do feudalismo. O crescimento desta nova camada social nasceu concomitante o seu desenvolvimento econômico, que gerou a ampliação dos seus espaços políticos. Esta amplitude político-econômica possibilitou o alargamento cultural, impulsionando a ciência enquanto ferramenta ideológica de sua ascensão ao poder:

“Cada etapa do desenvolvimento da burguesia foi acompanhada de um processo político correspondente. Classe oprimida pelo despotismo feudal, associação armada administrando-se a si própria na comuna; aqui, república urbana independente (...), ali, terceiro estado, tributário da monarquia (...); depois, no período manufatureiro, servindo à monarquia semifeudal ou absoluta como contrapeso da nobreza e, de fato, como pedra angular das grandes monarquias em geral, a burguesia, desde o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, conquistou finalmente a soberania política exclusiva no Estado representativo moderno.” (Marx & Engels, 1977:86).

Este desenvolvimento da burguesia, nos países da *via clássica*, culminou com a supremacia do modo de produção capitalista marcado pela época das revoluções democrático-burguesas, em torno de propostas nas quais o *historicamente novo* suplantava o *historicamente velho*, com movimentos nacionais que traziam, no seu bojo, o caráter da participação das massas populares. Foram movimentos em que a maioria da população participou na destruição da sociedade feudal, liderada pela burguesia que, nesta época, trazia a firma de classe revolucionária.

Engels, em nota à edição inglesa de 1888 do *Manifesto Comunista*, tocando em especificidades da Inglaterra e da França na sua evolução capitalista, aponta nuances próprias de cada um desses países de via clássica: “De modo geral, considerou-se aqui a Inglaterra como país típico do desenvolvimento econômico da burguesia, e a França como país típico do desenvolvimento político desta classe”<sup>2</sup> (Marx & Engels, 1977:86). Esta postura já fora assumida pelo pensador alemão no seu estudo sobre as condições de vida e trabalho da classe trabalhadora inglesa em 1845.

Ao retratar as agruras do cotidiano do mundo do trabalho, coloca o dedo na especificidade de cada país:

“De fato, não eram homens mas simples máquinas, trabalhando ao serviço dos poucos aristocratas que tinham até então dirigido a história; a revolução industrial levou simplesmente esta situação até o fim lógico, reduzindo inteiramente os trabalhadores ao papel de simples máquinas, arrebatando-lhes os últimos vestígios de atividade independente, mas incitando-os precisamente por esta razão, a pensar em exigir uma posição digna de seres humanos. Se na França isso tinha sido feito pela política, na Inglaterra foi a indústria — e de uma maneira geral a evolução da sociedade burguesa — que arrastou no turbilhão da história as últimas classes mergulhadas na apatia no que respeita interesses universais da humanidade.” (Engels, 1985:13-14).

---

<sup>2</sup> Com relação ao desenvolvimento material: “A França do século XVIII estava bem longe de apresentar as saudáveis condições econômicas da Inglaterra. (...) Os pensadores referiam-se freqüentemente ao desenvolvimento da Inglaterra, buscando nele explicações para o atraso relativo da França. Em suma, ainda que as condições econômicas francesas não fossem as mais desfavoráveis, em meados do século, o acúmulo de problemas não resolvidos na esfera do financiamento público e da repartição do produto social, e o espectro do sucesso inglês mostravam as diferenças do caminho francês em relação ao inglês, rumo à hegemonia capitalista” (Coutinho, 1993:62-63).

E mais:

“Para que a burguesia pudesse lucrar embora só os frutos mais maduros do triunfo, foi necessário levar a revolução muito além da sua meta — exatamente como em França em 1793 e na Alemanha em 1848... Este excesso de atividade revolucionária foi seguido em Inglaterra de inevitável reação que, por seu lado, também ultrapassou o ponto em que podia ter-se mantido. Após uma série de vacilações, alcançou um novo centro de gravidade que se tornou um novo ponto de partida... Foi um compromisso entre a burguesia em expansão e os antigos proprietários feudais.” (Engels, 1974:25-26).

Importa ressaltar aqui que os antigos proprietários feudais, a partir do século XVI (com a Reforma), foram-se aburguesando em função da mudança da estrutura rural inglesa. Christopher Hill, na sua análise da construção do capitalismo inglês, identificou o novo lugar da burguesia britânica, assim como os seus interesses materiais nesta trajetória ascendente: “A terra tornara-se um domínio extremamente atraente para o investimento de capital” (Hill, 1977:29).

Sendo assim, o pacto realizado deu-se a partir do respeito aos troféus políticos da aristocracia inglesa: “desde que defendessem os interesses da classe média financeira, industrial e mercantil” (Engels, 1974:26). E, cabe frisar que tais

“interesses econômicos eram já, na época, bastante poderosos para em última análise determinar os rumos da política geral da nação. Haveria muitas divergências sobre questões de pormenor mas a oligarquia aristocrática sabia bastante bem quanto a sua prosperidade econômica estava irrevogavelmente unida à da burguesia industrial e comercial.” (Engels, 1974:26-27).

Todavia, se no caso inglês o desenvolvimento dos movimentos revolucionários transformou a burguesia “em parte integrante, modesta, mas oficialmente reconhecida, das classes dominantes da Inglaterra, compartilhando com as outras do interesse de manter oprimida a grande massa operária da nação” (Engels, 1974:27)<sup>3</sup>, no caso francês,

---

<sup>3</sup> A Inglaterra também foi o berço do proletariado moderno: “A história da classe trabalhadora na Inglaterra começa na segunda metade do século passado, com a invenção da máquina a vapor e das máquinas destinadas a trabalhar o algodão. Estas invenções desencadearam, como é sabido, uma revolução industrial que, simulta-

os movimentos revolucionários conheceram tonalidades mais vivas nas disputas das classes envolvidas: “Na França, a revolução rompeu completamente com as tradições do passado, varreu os últimos vestígios do feudalismo” (Engels, 1974:29). Essa peculiaridade da França, no seu processo revolucionário, demonstra historicamente os *limites* do processo político inglês, cuja diferença de desenvolvimento sempre esteve presente nos textos clássicos. Podemos ilustrar mais pormenorizadamente este ponto recorrendo às palavras de Engels no seu prefácio de 1885 à terceira edição alemã do *18 Brumário*, escrito por Marx:

“A França é o país onde, mais do que em qualquer outro lugar, as lutas de classe foram sempre levadas à decisão final, e onde, por conseguinte, as formas políticas mutáveis, nas quais se processam estas lutas e nas quais se condensam seus resultados, tomam os contornos mais nítidos. Centro do feudalismo na Idade Média, país modelo, desde a Renascença, da monarquia unitária baseada nos testamentos, a França desmantelou o feudalismo na Grande Revolução e instaurou o domínio da burguesia com uma pureza clássica inigualada por qualquer outro país europeu. A luta do proletariado revolucionário contra a burguesia dominante surgiu aqui sob as formas agudas desconhecidas em outros países. Esta foi a razão pela qual Marx não só estudou a história anterior da França com especial predileção, como acompanhou também sua história contemporânea em todos os detalhes, reunindo materiais destinados à futura utilização. Por isso, neste terreno, os acontecimentos nunca o apanhavam de surpresa” (Marx, 1974:12).

Como vimos, sempre na busca da colocação histórico-concreta<sup>4</sup> dos eventos sociais, Marx e Engels traçaram, com grande poder de síntese,

---

neamente, transformou a sociedade no seu conjunto e cuja importância só agora se começa a reconhecer na história do mundo. A Inglaterra é o país clássico desta revolução que foi tanto mais poderosa quanto mais silenciosamente se fez. É por isso que a Inglaterra é também o país clássico para o desenvolvimento do principal produto desta revolução: o proletariado. É só na Inglaterra que o proletariado pode ser estudado em todos os seus aspectos e relações.” (Engels, 1988:11).

<sup>4</sup> “Uma exigência incondicional da teoria marxista na análise de qualquer questão social é a sua colocação dentro de um quadro histórico determinado, e depois, se se tratar de um só país (por exemplo, do programa nacional para dado país), a consideração das peculiaridades concretas que distinguem esse país dos outros nos limites de uma mesma época histórica” (Lênin, 1979:515).

os liames sociais do desenvolvimento capitalista inglês e francês, tocando no caráter *clássico* das suas revoluções democrático-burguesas; assim como Engels mostrou a “predileção” de Marx em conhecer as peculiaridades, as diferenças da realidade francesa no processo político da supremacia do capitalismo sobre o feudalismo, procedimento esse que propicia a prática a conhecer bons resultados, visto que, segundo Engels, Marx nunca foi apanhado de *surpresa*, respondendo ao sabor dos acontecimentos aos problemas colocados pela realidade francesa.

E, dentro desta linha de raciocínio, perseguindo as análises concretas, destacamos ainda que é típico dos caminhos clássicos, nos seus movimentos revolucionários, “a incorporação neles do campesinato como camada da população mais numerosa e mais ‘difícil de mover’ em relação com a luta pela liberdade política em geral e pelos direitos da nacionalidade em particular” (Lênin, 1979:515-516). E ainda sob este aspecto, é mister dizer que nas três decisivas revoluções realizadas pela burguesia na supressão do feudalismo — a reforma protestante, a revolução inglesa e a revolução francesa —, “tenha sido o campesinato a fornecer as tropas de combate e a ser precisamente a classe que, depois de alcançar o triunfo, sai arruinada infalivelmente pelas conseqüências econômicas desse triunfo” (Engels, 1974:25).

Para completar este item, gostaríamos de lembrar que faz parte do quadro clássico a *via americana*, cuja precocidade na independência alimentou um itinerário que a igualou aos processos de acumulação capitalista da industrialização auto-sustentada, com participação democrático-burguesa nos processos decisórios. Sua autonomia política é contemporânea à dupla revolução. E esta situação privilegiada, acompanhada de razões peculiares do movimento mundial de consolidação do capitalismo clássico — por exemplo, as disputas franco-britânicas —, somada ao seu potencial econômico continental, criou as bases de seu desenvolvimento diferenciado dos países que integraram o mundo moderno através da colonização.

Não é aqui o local para o aprofundamento destas questões, mas cabe indicar que, desde cedo, o norte dos EUA desenvolveu, na época colonial, a pequena propriedade e a manufatura, criando as bases de sua acumulação primitiva. Com a Guerra de Secessão e a dominação do Norte em relação ao Sul, os entraves a seu pleno desenvolvimento foram rompidos e a industrialização se impôs soberana e moderna — mesmo que após os caminhos inglês e francês —, ditando um novo padrão da sua acumulação. A Alemanha não conheceu, contemporaneamente, o mesmo esplendor democrático, como veremos em segui-

da. Lá, os entraves feudais fizeram valer o seu peso, e a solução foi um compromisso arcaico/moderno.

Destarte, com a discussão dos casos acima, formamos um desenho preliminar sobre o capitalismo e sua objetivação no caminho clássico. Lênin também ressaltou pontos relevantes desta temática em alguns de seus estudos e colocou o dedo na questão da particularidade das sociedades capitalistas.

Para concluirmos esta parte, gostaríamos de lembrar o diferencial estabelecido por este autor entre o clássico e o tardio dos países inseridos neste sistema. No seu notável estudo sobre a forma como a Rússia viveu a chegada das relações capital-trabalho no início de sua industrialização, lemos:

“Na atual base econômica da revolução russa, duas vias fundamentais são objetivamente possíveis para o seu desenvolvimento e desfecho: — ou a antiga propriedade fundiária privada, ligada por milhares de laços à servidão, se conserva e se transforma lentamente em estabelecimento puramente capitalista, do tipo *junker*. Nesse caso, a base da passagem definitiva do sistema de pagamento em trabalho para o capitalismo é a transformação interna da propriedade fundiária baseada na servidão; toda a estrutura agrária do Estado se torna capitalista, conservando por muito tempo traços feudais; — ou o antigo latifúndio é destruído pela revolução, que liquida com todos os vestígios da servidão, especialmente o regime da grande propriedade fundiária. Nesse caso, a base da passagem definitiva do sistema de pagamento em trabalho para o capitalismo é o livre desenvolvimento da pequena propriedade camponesa, que recebe grande impulso com a expropriação dos latifúndios em benefício dos camponeses, toda a estrutura agrária se torna capitalista, pois a decomposição do campesinato se processa tanto mais rapidamente quanto mais plena é a destruição dos vestígios da servidão. Em outras palavras: se se segue a primeira via, conservam-se a massa principal da grande propriedade fundiária e os pilares da antiga ‘superestrutura’, nessa hipótese, o papel dirigente caberá ao burguês e ao latifundiário liberalmonárquicos, os camponeses ricos logo lhes darão apoio; a massa camponesa verá deteriorada a sua situação: não apenas será expropriada em enorme escala, mas ainda escravizada pelos vários sistemas de resgate propostos pelos democratas-constitucionalistas, abandonada e embrutecida pela reação; os testamenteiros de semelhante revolução burguesa seriam políticos assemelhados aos outubristas.

Com a segunda via, a grande propriedade fundiária e todos os principais pilares da antiga 'superestrutura' que lhe corresponde são destruídos; o papel dirigente é desempenhado pelo proletariado e pela massa camponesa, neutralizando a burguesia vacilante ou contra-revolucionária; assegura-se o desenvolvimento mais rápido e livre das forças produtivas sobre uma base capitalista com a situação das massas operárias e camponesas sendo a melhor possível no limite do regime de produção mercantil." (Lênin, 1982 :10-11).

Com as palavras do escritor russo, criamos o elo adequado para a discussão do caminho prussiano.

## A Via Prussiana

Já o desenvolvimento do capitalismo tardio, a *via prussiana*, considerada aqui como o período que corresponde ao que Lênin chamou de segunda época do capitalismo, vê nascer seus estados nacionais quando os países da *via clássica* já estão plenamente constituídos, conscientizados teórica e praticamente, do antagonismo entre burguesia e proletariado. Examinando, mais detalhadamente, essa forma particular de objetivação do capitalismo, que conhece seus movimentos com tonalidades distintas dos casos clássicos, encontramos na via alemã peculiaridades que devem ser mencionadas para melhor esclarecer a questão.

Ali, o particularismo feudal existente até quase final do século XIX coloca na ordem do dia da revolução burguesa, a problemática da unidade nacional, pois, não efetuando sua centralização territorial, vive uma realidade de numerosos principados independentes, que obstaculizam sua unificação. Diferença significativa do que ocorreu, especialmente com a França e Inglaterra, cujo processo de dissolução feudal esteve acompanhado da organização das monarquias nacionais, passo decisivo para a unidade nacional.

Lukács, analisando esse caráter retardatário do processo alemão, na sua obra sobre a produção intelectual de Goethe, diz:

"A Alemanha entrou muito tardiamente pelo caminho da moderna transformação em sociedade burguesa, tanto no econômico, como no político e no cultural. Já estão nascendo no Ocidente as primeiras grandes batalhas de classe do proletariado ascendente quando, em 1848, apareceu pela primeira vez de forma concreta para a Alemanha os problemas da revolução burguesa. Por certo que, com



exceção da Itália, somente na Alemanha se colocam esses problemas de tal modo que a questão central da revolução burguesa resulta ser a da unidade nacional que ainda há que criar. A revolução inglesa no século XVII e a francesa do século XVIII realizam-se já dentro de estados discretamente constituídos, ainda que somente a Revolução lhes dê sua figura definitiva e consumada; por isso, para ambas as revoluções ocidentais, o que se encontra em primeiro plano é a liquidação do feudalismo e, antes de tudo, a liberação da servidão camponesa jurídica e fatural. Esta peculiaridade da revolução burguesa alemã é que possibilita antes de tudo a semi-solução reacionária de 1870.” (Lukács, 1968:55-56).

E, complementando o quadro exposto, temos:

“Tudo isto tem como conseqüência que na Alemanha o progresso social e a evolução nacional não se apoiem e empuxem mutuamente, como em França, mas ao contrário se encontrem em contraposição. Por isso também o desenvolvimento do capitalismo não consegue produzir uma classe burguesa capaz de fazer-se com a direção da nação.” (Lukács, 1968:55-56).

Sendo assim, a frágil burguesia alemã, temendo ser confrontada pelo proletariado revolucionário, abandona covardemente suas tarefas políticas realizando só as econômicas. Assim temos que:

“de um lado o governo, a passos de tartaruga, reforma as leis no sentido do interesse burguês; afasta os obstáculos ao desenvolvimento industrial, criados pelo feudalismo e o particularismo dos pequenos Estados; estabelece a unidade da moeda, dos pesos e medidas; introduz a liberdade profissional e de circulação, pondo à completa e ilimitada disposição do capital a mão-de-obra da Alemanha; favorece o comércio e a especulação; por outro lado a burguesia abandona ao governo todo o poder político efetivo; vota os impostos e os empréstimos; cede-lhe soldados e ajuda-o a dar às novas reformas tal aparência legal que o velho poder policial mantém toda sua força ante os indivíduos recalcitrantes; a burguesia compra sua emancipação social gradual ao preço de uma renúncia imediata de seu próprio poder político.” (Engels, 1977:17-18).

Sabido isto, transparece que a constituição do Estado alemão se faz

através da conciliação do *historicamente novo* com o *historicamente velho*, em que o primeiro paga alto tributo ao segundo. E mais, numa referência de Lukács, lembrando Engels, é dito que “em cada época, para cada problema histórico, os franceses encontraram uma solução progressista e os alemães uma solução reacionária” (Lukács, 1968:54). Nesta citação sintetizamos o caráter dos movimentos de construção nacional dos dois países.

Os passos dados mostram que esta forma particular de ser do capitalismo, no que tange aos movimentos construtores do edifício nacional, desconhece a revolução democrático-burguesa.

“É típica da segunda época [do capitalismo] a ausência de movimentos democrático-burgueses de massas, quando o capitalismo desenvolvido, aproximando e misturando cada vez mais as nações já plenamente incorporadas na circulação comercial, coloca em primeiro plano o antagonismo entre o capital internacionalmente fundido e o movimento operário internacional.” (Lênin, 1979:516).

É sabido por todos que Marx estudou com tenacidade o capitalismo inglês para desvendar a miséria alemã. Uma peculiaridade, da qual cabe registro no tocante à economia política clássica e marxiana, é que: enquanto na *via clássica* temos o fundamento da teoria do valor-trabalho, na *via prussiana* encontramos os elementos antitéticos que dão origem à contribuição crítica da economia política. Isto porque, no movimento desigual e combinado do sistema capitalista, produzem-se necessidades analíticas específicas. Desta maneira, as vias particulares carregam diferenciações quanto à acumulação capitalista e, portanto, o universal particulariza-se, e a teoria econômica conhece o seu contrário — a teoria da mais-valia, como negação da negação, logo, como síntese. A crítica a esta situação de atraso na Alemanha gerou a crítica ao próprio capitalismo como fim da história, assim como o anacronismo da burguesia prussiana. Na *Gazeta Renana* de 15 de dezembro de 1848, lemos que:

“A burguesia alemã desenvolveu-se com tanta langüidez, tão covardemente e com tanta lentidão, que no momento em que se opôs ameaçadora ao feudalismo a ao absolutismo, encontrou-se com a ameaçadora oposição do proletariado e de todas as camadas da população urbana, cujos interesses e idéias eram afins com o proletariado. E se viu hostilizada não só pela classe que estava detrás, senão

por toda a Europa que estava diante dela. A burguesia prussiana não era, como a burguesia francesa de 1789, a classe que representava toda a sociedade moderna frente aos representantes da velha sociedade: a monarquia e a nobreza. Representava um *estamento* tão oposto à coroa como ao povo, pretendendo enfrentar a ambos e indecisa frente a cada um de seus adversários, pois sempre os havia visto adiante e detrás de si mesma; inclinada desde o primeiro instante a trair o povo e a pactuar um compromisso com os representantes coroados da velha sociedade, pois ela mesma pertencia já à velha sociedade; não representava os interesses de uma nova sociedade, senão alguns interesses renovados dentro de uma sociedade caduca; colocada no timão da revolução, não porque o povo a seguisse, senão porque o povo a empurrava diante de si; situada à cabeça, não porque representava a iniciativa de uma nova época social, senão porque expressava o rancor de um velha época social; era um extrato do velho Estado que não havia podido aflorar por suas próprias forças, senão que havia sido arrojado à superfície do novo Estado pela força de um terremoto; sem fé em si mesma e sem fé no povo, grunindo contra os de cima e temendo os de baixo, egoísta frente a ambos e consciente de seu egoísmo, revolucionária frente aos conservadores e conservadora frente aos revolucionários, receosa de seus próprios lemas, frases em lugar de idéias, apavorada ante a tempestade mundial e explorando-a em proveito próprio, sem energia e plagiando a todos, vulgar por carecer de originalidade e original em sua vulgaridade, regateando com os seus próprios desejos, sem iniciativa, sem uma vocação histórica mundial, um velho maldito que está condenado a dirigir e a desviar em seu próprio interesse senil os primeiros impulsos de um povo robusto; sem olhos, sem orelhas, sem dentes, uma ruína completa: tal era a *burguesia prussiana* quando, depois de Março, se encontrou no timão do Estado prussiano.” (Marx, 1977:59-60).

Concluindo esta parte, é mister lembrar ainda, sobre este sistema de produção, suas características diferenciadas de geração de mudanças. Desde o início, faz parte de seu movimento a expansão continuada. É imperativo à sua estrutura cumulativa desenvolver as forças que produzem. Aqui repousa uma das suas virtudes, assim como um dos seus pecados. Lógica perversa é a sua lógica de acumulação, uma vez que, gerando riqueza, alimenta pobreza; conseqüentemente, vê nascer as crises. Quadro responsável por um movimento desigual e combinado,

no qual está o impedimento real do caminho clássico reproduzir-se *ad eternum*. O seu impulso positivo gera o seu contrário. Harmonia e capitalismo não fazem par, constituem-se numa inequação. A irresolução social acompanha a sua história desde o *início*. Começou num berço generoso de potencialidades, mas, carregado de incertezas que se agravavam cada vez mais, alimentadas por sua tendência a concentrar e centralizar a produção, expulsando grandes contingentes do acesso à dignidade material e espiritual. Marx retratou tal processo com singular talento desde o início de sua vida intelectual:

“Ora, quanto mais os círculos singulares que atuam uns sobre os outros se expandem no curso desse desenvolvimento, quanto mais o isolamento primitivo das diferentes nacionalidades é destruído pelo modo de produção desenvolvido, pelo intercâmbio e pela divisão do trabalho que surge de maneira natural entre as diferentes nações, tanto mais a história torna-se história mundial. Assim é que se se inventa, por exemplo, na Inglaterra uma máquina que, na Índia ou na China, rouba o pão a milhares de trabalhadores e subverte toda a forma de existência desses impérios, tal invento torna-se fato histórico-mundial.” (Marx & Engels, 1984:71).

Segue-se daí que essa transformação da história em história mundial é “verificável à maneira empírica, uma ação para a qual cada indivíduo fornece a prova, na medida em que anda e pára, come, bebe e se veste” (Marx & Engels, 1984:71-72). O mercado torna-se mundial. Com os dados acima, podemos encaminhar a nossa análise em direção à *terceira via*.

## A Via Colonial

Assim como indicamos na análise das particularidades da via clássica e da via prussiana, ao elucidar o caminho para o capitalismo dos países que estão subsumidos àquela lógica, o mesmo será feito com a via colonial. Antes de abordarmos essa via, gostaríamos de lembrar que existem alguns pontos de aproximação entre o capitalismo tardio e o hipertardio, que os afastam da via clássica, colocando-os sob o mesmo manto das formas não-clássicas de transição para o capitalismo. Mas, o que os aproxima — por exemplo, a ausência de revoluções democrático-burguesas, ou a existência de grandes propriedades territoriais — não os torna idênticos. Há diferenças substantivas entre as duas formas: enquanto a via prussiana representa uma passagem do feudalismo para

o capitalismo, a via colonial não contempla essa transição<sup>5</sup>. Tal fato toca na questão central da forma de propriedade territorial dos países de extração colonial. Não é aqui o local para esta discussão, mas uma referência a ela é necessária. E, aqui, esta referência cumpre o papel de reforçar a importância da discussão da particularidade.

Feitas estas ressalvas, passemos a caracterizar o capitalismo brasileiro, entendido como uma manifestação da via colonial<sup>6</sup>:

“A particularidade da via colonial, ... engendra uma burguesia que não é capaz de perspectivar, efetivamente, sua autonomia econômica, ou o faz de um modo demasiado débil, conformando-se, assim, em permanecer nas condições de *independência neo-colonial* ou de *subordinação estrutural* ao imperialismo. Em outros termos, as burguesias que se objetivaram pela *via colonial* não realizam sequer suas tarefas econômicas, ao contrário da verdadeira burguesia prussiana, que deixa apenas, como indica Engels, de realizar suas tarefas políticas. De modo que, se para a perspectiva de ambas, de fato, é completamente estranha à efetivação de um regime político democrático-liberal, por outro lado, a burguesia *prussiana* realiza um caminho econômico autônomo, centrado e dinamizado pelos seus próprios interesses, enquanto a burguesia produzida pela *via colonial* tende a não romper sua subordinação, permanecendo atrelada aos polos hegemônicos das economias centrais. Em síntese, a burguesia *prussiana* é antidemocrática, porém autônoma, enquanto a burguesia colonial, além da antidemocrática, é caudatária, sendo incapaz, por iniciativa e força próprias, de romper com a subordinação ao imperialismo.” (Chasin, 1980:128-129).

Diante de tal quadro, temos dois casos particulares: o caminho *prussiano* e o caminho *colonial*, que colocam, no plano teórico e prático, questões que devem ser respondidas de acordo com as possibilidades reais de cada caso. Cabe ressaltar que:

---

<sup>5</sup> Com relação a esta discussão, veja-se, principalmente, Prado Jr. (1980) e Novais (1996). Segundo estes autores, o Brasil insere-se no contexto do capitalismo comercial (da empresa colonial) desde o descobrimento.

<sup>6</sup> Cabe fazer um destaque com relação à conceituação empregada neste trabalho. O conceito de via colonial utilizado por nós não tem parentesco com a reflexão realizada por Jacob Gorender no seu livro *O Escravismo Colonial*. Para uma diferenciação das duas posturas, ver Mazzeo (1981).

“No Brasil, bem como na generalidade dos países coloniais ou dependentes, a evolução do capitalismo não foi antecedida por uma época de ilusões humanistas e de tentativas — mesmo utópicas — de realizar na prática o ‘cidadão’ e a comunidade democrática. Os movimentos neste sentido, ocorridos no século passado e no início deste século, foram sempre agitações superficiais, sem nenhum caráter verdadeiramente nacional e popular. Aqui, a burguesia se ligou às antigas classes dominantes, operou no interior da economia retrógrada e fragmentada. Quando as transformações políticas se tornaram necessárias, elas eram feitas ‘pelo alto’, através de conciliações e concessões mútuas, sem que o povo participasse das decisões e impusesse organicamente a sua vontade coletiva. Em suma, o capitalismo brasileiro, ao invés de promover uma transformação social revolucionária — o que implicaria, pelo menos momentaneamente, a criação de um ‘grande mundo’ democrático — contribuiu, em muitos casos, para acentuar o isolamento e a solidão, a restrição dos homens ao pequeno mundo de uma mesquinha vida privada.” (Coutinho *apud* Chasin, 1978:639).

Logo, o que encontramos de mais marcante, em nossa formação histórica, são as medidas econômicas antinacionais e as políticas autorcráticas. A nossa história é, hegemonicamente, marcada pela miséria e opressão para a maioria da população. Combinados com os *milagres econômicos*, e de acordo com sua lógica perversa, temos a sucessão das medidas políticas. Exemplos podem ser encontrados na nossa história escravocrata da era colonial, no período republicano, marcado por acordos que durante quatro décadas expulsaram a população do acesso às condições dignas de vida e trabalho. A era Vargas avançou em magros graus relativos a nossa vida constitucional e, por fim, edificou uma ditadura, que viveu até o término da Segunda Guerra. O governo de Dutra não conseguiu conviver com a oposição comunista, patrocinou a repressão, e rendeu-se à política imperialista. Com a volta de Vargas ao poder e o período JK/JQ até o golpe militar, vivemos os nossos anos mais generosos. Contudo, ainda bastante limitados como projeto de construção democrática. Mesmo nesse breve período, não foi possível estabilizar a nossa vida política, e assistimos à chegada da ditadura dos generais.

Quase duas décadas de regime militar, inauguradas com o movimento retrógrado de 31 de março, afastaram as esperanças da autodeterminação econômica e do direito à cidadania para a maioria dos

brasileiros. O famigerado *milagre econômico* aconteceu para uma minoria de privilegiados, detentores do poder econômico e seus parceiros — setores seletos da classe média. Para os trabalhadores, a palavra de ordem foi “apertem os cintos”, sacrifiquem-se, aceitando o *arrocho salarial*, para o bolo crescer, que depois repartiremos os dividendos. Mas o que ficou para ser dividido foi a *crise do milagre* e suas agruras. Todavia, as conseqüências geram o seu contrário, e surgiu o movimento democrático de massas. Em artigo contemporâneo a estes acontecimentos, lemos que:

“Vítima de suas próprias engrenagens, o ‘milagre’ vem se desintegrando visivelmente (...). Na segunda metade do governo as evidências do colapso são claras e impositivas; será então desdobrada a política do ‘desaquecimento econômico’. O ‘milagre’ já entrara francamente na etapa autofágica, e o ‘desaquecimento’ nada mais é do que a tentativa de estancar a hemorragia em que se transformara o ‘milagre’. Pois, agora, num aparente paradoxo, colhem-se situações financeiras cada vez mais dramáticas, tanto mais funcione a engrenagem do ‘milagre’. O ‘ideal’ passa a ser o crescimento ‘moderado’; o governo quer o PNB elevando-se a taxas reduzidas, passa a ter pavor dos altos índices do período anterior. Mas as forças econômicas desencadeadas mostram-se rebeldes. O ‘desaquecimento’ não interessa, nem agrada a ninguém. Os fantasmas da insolvência, da recessão, do desemprego e outros mais rondam e envolvem tudo. Os beneficiários do ‘milagre’ insistem na continuação dos privilégios. A insatisfação das diversas áreas econômicas vai aparecendo. Ninguém quer pagar o ônus do desastre. A unanimidade dos setores articulados no pacto do poder desaparece. As diversas facções da classe dominante estão inquietas. A situação de desencontro e inconformismo dos parceiros que dividem o poder, sua necessidade de reencontrar uma fórmula para um novo período de acumulação, que atendesse e, na medida do possível, reconciliasse seus interesses, vai gerando — e obrigando o poder a aceitar e suportar — o surgimento de um debate, crescentemente público, que, por fim, não teve como ser escondido aos olhos de toda a nação, particularmente das vastas e temidas massas operárias e trabalhadoras, as quais, obviamente, o sistema pretendia manter a máxima distância dos grandes problemas em curso.” (Chasin *apud* Borges, Mello, Galvani & Gomes, 1998:62-63).

Determinada pela crise econômica alarga-se a esfera política e criam-se várias oportunidades para a tímida abertura. Tal como ocorreu, acabou patrocinando de forma acanhada a transição para uma democracia que abraça setores minoritários do país. Mais uma vez é a *reforma pelo alto* que acomoda os interesses do capital nacional e seus parceiros externos.

Com relação ao cenário nacional, vivemos até os dias atuais uma irresolução econômica, pois, mesmo tendo sido “dilatado” o tecido político, a *democracia do estômago* ainda não se efetivou. Nossas raízes históricas, como vimos, fornecem um quadro elucidativo desta angústia vivida pelas maiorias, alijadas da aldeia global.

A inserção da economia brasileira na divisão internacional do trabalho está posta a partir da colonização da América enquanto continente, a partir da empresa mercantil e colonial no século XVI. Desde o início da nossa história estamos diante da problemática da nossa emancipação. Enquanto a *via clássica* realizou o capitalismo auto-sustentado, concomitante as revoluções democrático-burguesas, a *via prussiana* alcançou a autonomia econômica pagando caro por seus limites políticos. Por sua vez, a *via colonial*, até hoje, só conhece a subordinação estrutural.

No século XIX, conquistamos a emancipação política na formação do Estado nacional, sem contudo romper os laços de subordinação estrutural aos pólos hegemônicos do capitalismo internacional. A problemática da emancipação econômica perdurou, e perdura até os dias atuais. É dentro desta discussão que foi criado um rico debate no qual podemos vislumbrar pelo menos três grandes tendências.

A primeira, que identifica a solução dos problemas econômicos do País através da incorporação econômica nacional no mercado mundial de forma homogênea, sem acirrar as contradições com o imperialismo, aceitando pacificamente as regras do jogo, ditadas pelo capital internacional por meio de seus países-líderes. É a abertura para o capital estrangeiro em nome da integração com o mercado mundial, efetivando o mundo da livre concorrência, mola-mestra da economia de mercado.

A segunda tendência defende a possibilidade de o País ainda se tornar um centro autônomo dentro do capitalismo, conseguindo sua emancipação econômica circunscrita à lógica do capital. O desenvolvimento econômico pode acontecer, conquanto empreguemos uma política econômica que garanta nossa soberania através do protecionismo e de uma participação agressiva do Estado na economia, quer enquanto



catalisador e financiador do processo de industrialização, quer enquanto produtor direto dos serviços públicos e mesmo de bens intermediários, como aço, petróleo e produtos químicos.

A terceira posição é representada pela defesa da superação da nossa dependência econômica através do rompimento com o modo de produção capitalista. Não existe possibilidade de emancipação econômica e, conseqüentemente, política nas hostes do capital, só para além de sua tutela. Romper com a subordinação e com o subdesenvolvimento é romper com o capitalismo.

O pensamento neoliberal tem se manifestado com muita eloqüência dentro da primeira posição, que enxerga como uma das suas ações mais eficazes a homogeneização do capitalismo, através do maior grau de abertura da indústria, assim como a crescente financeirização da vida econômica, propiciado pela internacionalização crescente do comércio. Defende que o modelo econômico ideal é aquele que sabe distinguir acertadamente, tanto a necessidade das privatizações como a da redução dos gastos sociais, efetivando uma política econômica restritiva e “realista”, que nos torna confiáveis para o capital financeiro internacional. Como conseqüência, podemos ser um dos melhores competidores do mundo contemporâneo.

No passado, ele firmara suas teses na divisão de trabalho entre países de vocação agrária e países de vocação industrial. Agora “modernizou” o seu discurso com a tese da homogeneização, propiciada pela globalização dos dias atuais. Esta aparente novidade de uma antiga tese não tem o poder de esconder os estragos causados nos setores mais carentes, excluídos da aldeia global. O desemprego cresce — não podemos encobrir os dados *ad eternum* — e com ele a irresolução da nossa política econômica, que nega na sua prática cotidiana um projeto para o País e viabiliza um projeto para as elites associadas a seus parceiros externos, reafirmando nosso atraso sócio-econômico.

A retórica não se esgota nas teses do Estado mínimo, marca do *laissez-faire*, e na defesa das vantagens que geram a inserção homogênea e superam nosso descompasso com as conquistas do primeiro mundo. Ela vai além, quando quer nos convencer de que o continuismo da política econômica nos redimirá e, portanto, que alcançaremos o nosso pleno desenvolvimento. É mais do que hora de darmos um basta a tanta ilusão, e pressionarmos para a implantação de políticas econômicas que conduzam realmente à superação da *via colonial*.

## Referências Bibliográficas

- Borges, M. A., Mello, C. H. P., Galvani, C. & Gomes, W. P. *Memória do Departamento de Economia*. São Paulo: EDUC, 1998.
- Chasin, J. *O Integralismo de Plínio Salgado — forma de regressividade no capitalismo hipertardio*. São Paulo: LECH, 1978.
- . *As máquinas param e germina a democracia*. *Escrita Ensaio*, Ano IV, nº 7. 1980.
- Coutinho, M. C. *Lições de Economia Política Clássica*. São Paulo: Hucitec/Unicamp, 1993.
- Engels, F. *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*. Lisboa: Estampa, 1974.
- . *As Guerras Camponesas na Alemanha*. São Paulo: Grijalbo, 1977.
- . *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1986.
- Hill, C. *A Revolução Inglesa de 1640*. Lisboa: Presença, 1977.
- . *O Mundo de Cabeça para Baixo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1978.
- Lênin, V. I. *Sobre o direito das nações à autodeterminação*, in *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979. T. I.
- . *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia — o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. São Paulo: Abril, 1982.
- Lukács, G. *Goethe y su Epoca*. Barcelona: Grijalbo, 1968.
- Marx, K. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. Prefácio de F. Engels. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- Marx, C. *La Burguesia y la contrarrevolucion: segundo articulo*, in *Obras Escogidas de Marx & Engels*. Madrid: Editorial Fundamentos, 1977. T. I.
- Marx & Engels, *A Ideologia Alemã*. 2.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Hucitec, 1998.
- . *O manifesto comunista*, in *Cartas filosóficas e outros escritos*. São Paulo: Grijalbo, 1977.
- Novais, F. *Formação do Sistema Colonial*. Brasiliense: São Paulo, 1996.
- Prado Jr., C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1980.